

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.824.604 - MG (2019/0193877-7)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : YUJI YAMADA
RECORRENTE : DOMINGOS PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO : CARLOS EDUARDO SERAPIÃO AGUIAR - MG129762
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INTERES. : DAYANE CRISTINA SOUZA ROCHA
INTERES. : MARIA GORETTE DE CARVALHO MATEOS
INTERES. : JONAS ADENIS SOARES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DANOS MORAIS COLETIVOS. EXTENSÃO DA MEDIDA CONSTRITIVA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INADEQUAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo por Yuji Yamada e Domingos Pereira da Silva, em face do acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, assim ementado (e-STJ, fl. 1020):

AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PREJUÍZO AO ERÁRIO. INDISPONIBILIDADE DE BENS. POSSIBILIDADE. CONFLUÊNCIA DOS REQUISITOS PARA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO.

A verossimilhança identificada nas alegações do autor da ação de origem, como neste caso, justifica a decretação de indisponibilidade dos bens do agente público envolvido na apuração de atos de improbidade administrativa, uma medida adequada para que sejam afastados eventuais riscos ao resultado útil do processo.

Presentes os requisitos essenciais à concessão da antecipação dos efeitos da tutela, na inteligência do artigo 300, do CPC/15, a manutenção da decisão é medida que se impõe.

Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial, interposto com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, o recorrente aponta violação ao art. 7º da Lei 8.429/92 sustentando que seria necessária a demonstração e comprovação da extensão do dano para servir de parâmetro para decretar a indisponibilidade de bens. Alega que não pretende discutir a possibilidade de pleitear ou não dano moral coletivo em ação civil pública por ato de improbidade administrativa e que *"o recorrido tão somente alega retenções de recurso público por algum período (já que os recursos foram repassados ao Hospital), sem qualquer comprovação, atribuindo à esse ato, não comprovado, a provocação de prejuízo à população, não estimado, gerando assim o dano moral coletivo não evidenciado"*. Sustenta que a decisão recorrida concluiu pela *"possibilidade*

Superior Tribunal de Justiça

da indisponibilidade com base em danos morais coletivos pela simples gravidade dos fatos, sem que haja, contudo, qualquer elemento que sirva de parâmetro para a decisão liminar de indisponibilidade de bens para proteção de dano moral coletivo na ordem de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais)". Nesse sentido, indica a existência de dissídio jurisprudencial, apontando como paradigmas precedentes do TJMG, do TJSP e do STJ.

Foram apresentadas contrarrazões pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais (e-STJ, fls. 1077/1081).

O recurso especial foi admitido pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 1083/1085).

Nesta Corte Superior, o Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 1095/1102).

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

Na hipótese dos autos, o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ação civil pública por improbidade administrativa em face dos recorrentes, prefeito e secretário de saúde do município à época dos fatos, em virtude de suposta retenção ilegal de recursos da saúde que seriam destinados à Fundação Hospitalar de Janaúba. Houve o requerimento liminar de constrição patrimonial dos recorridos, visando assegurar futuro e eventual ressarcimento ao erário, bem como indenização por danos morais coletivos.

O Tribunal de origem manteve a decisão monocrática que concedeu o pedido liminar, sob o argumento de que os danos causados são imensuráveis, o que justificaria a monta de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) estabelecida pelo magistrado de primeira instância. A propósito, o seguinte excerto (e-STJ, fls. 1023/1025):

Em exame atento do presente caso, verifico que se coadunam os requisitos aptos a justificar a concessão do "adiantamento" do provimento final a assegurar à parte autora do feito de origem a satisfação do que pleiteia, antes do julgamento definitivo da lide.

Inicialmente, tomo por oportuno afastar a alegação de que a causa de pedir deva ser delimitada exclusivamente em relação à retenção de recursos supostamente realizada pelos acusados. Ora, toda a ação civil pública então ajuizada versa sobre a suspeita da realização de condutas ímprobadas por parte dos agentes públicos envolvidos, fazendo parte de um quadro fático muito maior e mais complexo, com importantes nuances de desavenças e retaliações políticas que, ao final, culminaram na retenção ilegal de recursos da saúde que seriam destinados à Fundação Hospitalar em questão. A meu ver, não há como ignorar, para fins de decisão do presente recurso, todo o entorno político que embasou a acusação ministerial, sendo essa, com a devida vênia, uma tentativa de solução simplista para um quadro que se apresenta como de extrema complexidade e relevância.

Digo isso senão porque, conforme pude observar de todo o arcabouço probatório juntado, os danos advindos dessa série de irregularidades perpassam não só pela demora no repasse dos recursos da saúde, mas também pela conduta abusiva tomada por parte dos acusados. Ora, ao que tudo indica, após demitir o corpo da diretoria do hospital, sua entrada foi proibida naquele local, o que, conforme depoimento do Diretor-Geral do hospital, gerou diversos danos advindos, por exemplo, da impossibilidade de se realizar os pagamentos devidos aos fornecedores de materiais e

Superior Tribunal de Justiça

medicamentos bem como o vencimento de algumas contas do hospital. Ademais, por mais que os agravantes tentem minimizar os transtornos causados pela demora no repasse dos recursos, é possível verificar que essa retenção, independentemente de ter cunho político ou não, gerou danos de ordem grave ao hospital e, por óbvio, aos pacientes, já que, ao que tudo indica, houve a falta de materiais e medicamentos imprescindíveis à regular assistência dos cidadãos necessitados. Esses danos, a meu ver, são imensuráveis, o que, por princípio, justificaria a monta de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) estabelecida pelo douto magistrado a quo.

Não há como desconsiderar, também, as alegações de Dayane Cristina Souza Rocha, então Secretária de Saúde, no sentido de que a demissão do corpo diretor do hospital se deu em decorrência de ordem direta emanada do então prefeito, ora agravante, Sr. Yuji Yamada, que juntamente com o Secretário Domingos Pereira da Silva, vulgo "Duzin", exerceu enorme pressão para que as demissões efetivamente ocorressem. Tudo isso demonstra ingerência indevida na gestão hospitalar e constitui forte indício de uso político dos cargos públicos, além de latente desvio de finalidade.

Desse modo, e diante da gravidade dos fatos elencados, não vejo como desconstituir a decisão do douto magistrado *a quo*, que decretou a indisponibilidade dos bens dos acusados envolvidos, sobretudo pela verossimilhança das alegações ministeriais, o que me faz crer estar presente o requisito da probabilidade do direito, essencial para a concessão antecipada do pleito.

Analizando as razões recursais, o que se denota é que a irresignação reside não na possibilidade de condenação por dano moral coletivo em ação civil pública por ato de improbidade administrativa, mas na deficiência de fundamentação do acórdão que confirmou a decisão de indisponibilidade de bens prolatada em primeira instância, sem elementos que sirvam de parâmetro para a fixação da liminar de indisponibilidade em R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).

Contudo, não houve a oposição de embargos de declaração e a parte recorrente, nas razões do recurso especial, não apontou violação aos artigos 489, § 1º e 1.022 do CPC, mas tão somente do artigo 7º da Lei 8.429/92.

Com efeito, o artigo 7º da Lei 8.429/92 não é suficiente para fundamentar a tese referente à deficiência de fundamentação da decisão recorrida no tocante aos parâmetros utilizados para fixação do *quantum* da indisponibilidade de bens decretada.

Sendo assim, o recurso especial não pode ser conhecido porque o dispositivo indicado como violado não possui comando normativo capaz de sustentar a tese elencada quanto à falta de elementos que sirvam de parâmetro para o montante fixado à título de indisponibilidade de bens. Destarte, verifica-se que a argumentação presente no apelo excepcional é deficiente, atraindo a aplicação analógica do óbice da Súmula 284/STF.

Ademais, é manifesto que a Corte de origem concluiu pela verossimilhança das alegações ministeriais acerca dos danos advindos das supostas irregularidades no repasse de recursos da saúde e, conseqüentemente, pela presença do requisito da probabilidade do direito para manutenção integral do decreto de indisponibilidade de bens prolatado pelo magistrado de primeira instância. A reversão do referido entendimento demandaria, necessariamente, reexame de matéria fático-probatória, o que é inviável em recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ.

Sobre o tema, a orientação desta Corte Superior:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO

Documento: 101518987

Página 3 de 5

NO RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DEPUTADO DISTRITAL. APOIO POLÍTICO. INDEVIDA VANTAGEM FINANCEIRA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ. SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO RECONHECIDA, EM OUTRA AÇÃO DE IMPROBIDADE, CONTRA OUTRO RÉU. FALTA DE IMPUGNAÇÃO, NO RECURSO ESPECIAL, DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO COMBATIDO, SUFICIENTE PARA A SUA MANUTENÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STJ. INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE CONVERSÃO DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA, PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA. REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICA. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE, EM FACE DOS ELEMENTOS DE PROVA DOS ATOS, CONCLUIU PELA COMPROVAÇÃO DO ELEMENTO SUBJETIVO, PELA CONFIGURAÇÃO DE ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA, PELA EXISTÊNCIA DE DANO MORAL COLETIVO INDENIZÁVEL E PELA PROPORCIONALIDADE DAS SANÇÕES APLICADAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

[...]

X. Tendo em vista a fundamentação adotada no acórdão recorrido, o exame da irresignação do agravante - quanto às alegações de que não teria sido comprovada a existência de dano moral coletivo a ser indenizado e de que as sanções que lhe foram aplicadas, na origem, seriam desproporcionais - também demandaria o reexame de matéria fática, o que igualmente é inviável, em Recurso Especial, a teor da Súmula 7/STJ. Precedentes do STJ (AgInt no AREsp 1.129.965/RJ, Rel.

Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, DJe de 18/06/2018; AgRg no AREsp 533.862/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 04/12/2014; REsp 1.203.149/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe de 07/02/2014).

XI. Agravo interno improvido.

(AgInt no REsp 1551157/DF, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 25/10/2018)

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPLORAÇÃO DA ATIVIDADE DE BINGO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS À COLETIVIDADE. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE EFETIVO DANO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Esta Corte já se manifestou no sentido de que não é qualquer atentado aos interesses dos consumidores que pode acarretar dano moral difuso. É preciso que o fato transgressor seja de razoável significância e desborde os limites da tolerabilidade. Ele deve ser grave o suficiente para produzir verdadeiros sofrimentos, intranquilidade social e alterações relevantes na ordem extrapatrimonial coletiva (REsp 1.221.756/RJ, Rel. Min. MASSAMI UYEDA, DJe 10.02.2012).

2. A revisão do acórdão recorrido, a fim de perquirir se houve efetivo dano moral à coletividade, demandaria necessariamente reexame do material fático-probatório dos autos, providência inviável nesta Corte por incidência da Súmula 7 do STJ.

Superior Tribunal de Justiça

3. Agravo Regimental do Ministério Público Federal desprovido.
(AgRg no AREsp 277.516/SP, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, DJe 3/5/13)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, não conheço do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator

